

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO
CIÊNCIAS JURÍDICAS
NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- A questão discursiva deverá ser redigida com número mínimo de **20 (vinte)** e no máximo de **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Assinale a frase em que se deveria empregar a forma *há* em lugar do *a* sublinhado.

- (A) Estou a três quilômetros de minha casa.
- (B) Daqui a Belo Horizonte são duas horas de viagem.
- (C) Brasília fica a três dias de viagem.
- (D) Não sei a quanto tempo estou dormindo.
- (E) Estamos a três semanas do final do ano.

2

Abaixo estão cinco textos descritivos.

Assinale a descrição que pode ser caracterizada como “técnica”.

- (A) O laboratório do colégio tinha um monte de vidros em que se armazenavam os líquidos necessários às experiências.
- (B) Havia tubos de ensaio em várias bancadas do laboratório, alguns deles com substâncias empregadas nas reações químicas apresentadas nas aulas.
- (C) O laboratório era empregado nas aulas de Química e Física e nem sempre as coisas demonstradas eram compreendidas pelos alunos.
- (D) Alguns alunos davam prejuízo do colégio nas aulas de laboratório, quebrando vidros e misturando líquidos que não deviam ser misturados.
- (E) Os tubos de vidro do laboratório escolar ficam sobre as mesas e havia fogões que serviam para esquentar coisas quando era necessário.

3

Em todas as frases abaixo há nomes próprios sublinhados, que foram repetidos com forma distinta na continuidade da frase.

Assinale a opção em que o emprego dessa última forma é **inadequado**.

- (A) Fernando Henrique Cardoso é um ex-presidente do Brasil com bastante prestígio, pois FHC foi responsável pelo Plano Real.
- (B) Meu sobrinho João André é diretor do Hospital do Exército; João sempre demonstrou espírito militar.
- (C) Francisco vende picolés do sinal de trânsito da esquina e todos conhecem o Chico há muito tempo.
- (D) Violeta Mendes é minha irmã, mas a Mendes vive como um parente distante.
- (E) Frederico é piloto de Fórmula-1 e nunca está no Rio; Fred está sempre em viagens.

4

Todas as frases abaixo mostram uma comparação.

Assinale a opção em que a comparação **não** é explicada.

- (A) Uma sociedade sem religião é como um navio sem bússola.
- (B) Muita gente há que imagina o domingo como sendo uma espécie de esponja que limpa todos os pecados da semana.
- (C) A alma humana é como a nuvem. Está sempre em movimento e mudando.
- (D) Você deve ser como uma lanterna para si mesmo. Dirija-a para a luz que há em você e não procure outro abrigo.
- (E) As almas têm ilusões assim como as aves têm asas. São elas que lhes permitem voar.

5

Assinale a frase em que predomina a função metalinguística da linguagem, ou seja, em que há uma referência à própria linguagem.

- (A) A palavra ‘progresso’ não terá nenhum sentido enquanto houver crianças infelizes.
- (B) Nada necessita de tantas reformas quando o hábito dos outros.
- (C) Se você quer ser uma ponte, precisa estar preparado para ser pisado.
- (D) Se você quiser caminhar sozinho, vá em frente.
- (E) Para bom bebedor, meia garrafa basta.

6

Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos mostram os seguintes valores: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação.

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado é classificado como adjetivo de qualidade.

- (A) A direção é mais importante que a velocidade.
- (B) Uma única ação é melhor que mil suspiros.
- (C) Objetivos são sonhos com prazo definido.
- (D) Os homens altos se divertem com o que passa abaixo.
- (E) A raça amarela é a mais paciente de todas.

7

Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no participio.

Assinale a opção em que o verbo mostra uma forma inadequada de participio.

- (A) emergir / emergido e emerso.
- (B) exprimir / exprimido e expresso.
- (C) frigir / frigido e frito.
- (D) omitir / omitido e omisso.
- (E) extrair / extraído e extrato.

8

Todas as frases abaixo mostram a palavra MAS.

Assinale a frase em que o emprego dessa palavra indica mudança de tema.

- (A) Os carros modernos são bonitos e confortáveis, mas também muito caros.
- (B) Alguns imigrantes venezuelanos chegam aqui pobres... mas pobres! Não têm o que comer!
- (C) Está certo que o novo governo não está acertando em quase nada, mas e o governo anterior?
- (D) Alguns estudantes leem as notícias esportivas, mas não conseguem ler os livros de leitura obrigatória?
- (E) Desculpe, mas como justificar um ato tão feio?

Raciocínio Lógico e Matemático

9

Escolhendo-se, ao acaso, dois números distintos do conjunto $\{1,2,3,4,5,6,7,8\}$, a probabilidade de que a soma dos números sorteados seja menor que 8 é

- (A) 6/28.
- (B) 7/28.
- (C) 8/28.
- (D) 9/28.
- (E) 12/28.

10

Em seu emprego, Anatólia tem uma escala muito peculiar: um dia de trabalho seguido de um dia de folga. Nos dois dias subsequentes a essa folga, ela trabalha, voltando a folgar nos dois dias que se seguem ao par de dias trabalhados. Após os dois dias de folga, ela trabalha um dia e folga o seguinte repetindo assim o padrão "trabalha um, folga um, trabalha dois, folga dois".

Hoje é domingo e Anatólia está trabalhando.

Levando em consideração que ela folgou ontem e anteontem, assinale a opção que indica em quantos dias ela trabalhará (incluindo hoje) até que folgue em uma segunda-feira e uma terça-feira seguidas.

- (A) 11.
- (B) 12.
- (C) 13.
- (D) 14.
- (E) 15.

11

Seja M uma matriz quadrada com 18 linhas e 18 colunas, tal que cada elemento a_{pq} de M é dado pelo maior valor quando se comparam p e q , em que p e q são, respectivamente, os números da linha e da coluna ocupados pelo elemento.

A quantidade de termos ímpares na matriz M é

- (A) 153.
- (B) 156.
- (C) 162.
- (D) 166.
- (E) 169.

12

Uma compra foi quitada mediante 3 pagamentos: um de R\$ 200,00 no ato da compra e os outros dois de R\$ 324,48, pagos um mês e dois meses depois do ato.

Se o vendedor cobra juros de 4% ao mês, o valor a vista dessa compra seria um valor entre

- (A) R\$ 600,00 e R\$ 650,00.
- (B) R\$ 650,00 e R\$ 700,00.
- (C) R\$ 700,00 e R\$ 750,00.
- (D) R\$ 750,00 e R\$ 800,00.
- (E) R\$ 800,00 e R\$ 850,00.

13

Considere os pontos $A(2,6)$ e $B(10,9)$ no plano cartesiano. Um raio luminoso monocromático parte do ponto A , se propaga em linha reta, e é refletido pelo eixo das abscissas (eixo X). Após a reflexão, o raio continua a se propagar em linha reta, mas agora em outra direção, até atingir o ponto B .

Sabendo-se que o ângulo agudo formado pelo raio e pelo eixo X no momento da incidência é igual ao ângulo agudo formado por eles após a reflexão, é correto afirmar que a distância percorrida pelo raio, de A até B , em unidades de comprimento, é

- (A) 10.
- (B) 12.
- (C) 13.
- (D) 17.
- (E) 18.

14

Chama-se Tautologia uma proposição composta cujo valor lógico é verdadeiro, independentemente do valor lógico das proposições simples que a compõem.

Dadas as proposições simples p e q , é uma tautologia

- (A) $q \wedge \sim p$
- (B) $p \vee \sim q$
- (C) $(p \wedge q) \rightarrow (p \vee q)$
- (D) $(p \vee q) \rightarrow (p \wedge q)$
- (E) $(\sim p \wedge q) \rightarrow (p \vee \sim q)$

15

Um pedaço quadrado de cartolina sofreu três cortes longitudinais paralelos e equidistantes, o que fez com que a figura original fosse transformada em quatro retângulos idênticos.

Se a soma dos perímetros dos quatro retângulos é 120 cm, a área do quadrado antes dos cortes era

- (A) 121 cm².
- (B) 144 cm².
- (C) 169 cm².
- (D) 196 cm².
- (E) 225 cm².

16

Paulo e Selma fazem parte de um grupo de 10 pessoas. A partir desse grupo, 3 equipes serão formadas: com 5, 3 e 2 indivíduos.

O número de maneiras distintas de se fazer essa repartição é

- (A) 2.180.
- (B) 2.340.
- (C) 2.520.
- (D) 2.760.
- (E) 2.800.

Administração Financeira e Orçamentária

17

O lançamento é um estágio da receita pública que se subdivide em três modalidades. A modalidade de lançamento que tem por característica o pagamento antecipado sem prévio exame da autoridade administrativa, denomina-se lançamento

- (A) misto.
- (B) por declaração.
- (C) de ofício.
- (D) por homologação.
- (E) direto.

18

A avaliação do desempenho dos programas, bem como a emissão de parecer prévio pelo Tribunal de Contas são atividades pertencentes ao ciclo orçamentário.

Acerca desse assunto, assinale a opção que indica o responsável pela ação e a respectiva fase.

- (A) Poder Executivo e fase de controle.
- (B) Poder Legislativo e fase de execução.
- (C) Poder Executivo e fase de aprovação.
- (D) Poder Legislativo e fase de controle.
- (E) Poder Legislativo e fase de aprovação.

19

Os planos operativos anuais fazem parte do sistema integrado de planejamento e orçamento, cabendo a esse plano estabelecer as metas de curto prazo, dentre outras finalidades.

Um dos principais planos operativos anuais que projeta o resultado do relacionamento financeiro com o exterior, como a exportação e importação de bens e serviços, é o

- (A) programa de execução.
- (B) balanço projetado.
- (C) orçamento econômico.
- (D) orçamento monetário.
- (E) orçamento de balanço de pagamentos.

20

O plano plurianual é a representação concisa dos esforços de planejamento de toda administração pública e que orienta a elaboração dos demais programas e planos de governo.

Faz(em) parte do plano plurianual

- (A) a política de aplicação das agências financeiras.
- (B) as metas e prioridades da administração pública.
- (C) as despesas decorrentes das despesas de capital.
- (D) o orçamento da seguridade social.
- (E) as metas e objetivos da política econômica nacional.

21

O instrumento de programação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, resultando um produto ou serviço necessário à manutenção da ação do governo, e que tem como uma de suas características possuir objetivos que podem ser medidos quantitativamente e qualitativamente, é chamado de

- (A) atividade.
- (B) projeto.
- (C) subfunções.
- (D) funções.
- (E) programa.

22

Na classificação por natureza de despesa, assinale V para afirmativa verdadeira e F para falsa.

- () A categoria econômica da despesa é de primeiro nível, e nela estão contempladas as despesas orçamentárias correntes.
- () O grupo de natureza da despesa é de segundo nível, e nele estão contempladas as inversões financeiras.
- () A modalidade de aplicação é de terceiro nível, e nela estão contemplados os juros e encargos da dívida.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – V.
- (E) V – F – V.

Auditoria Governamental

23

Na realização de uma auditoria, o auditor deve realizar procedimentos com a finalidade de obter evidências para cumprimentos dos objetivos.

Um dos métodos dessas evidências é aquele onde são examinados livros, registros ou documentos, internos ou externos, seja em papel, forma eletrônica ou um exame físico. Esse método é conhecido como

- (A) procedimento analítico.
- (B) confirmação externa.
- (C) teste substantivo.
- (D) observação.
- (E) inspeção.

24

O tipo de auditoria que tem como finalidade o exame de documentos e a coleta de informações, permitindo opinar, de acordo com os documentos comprobatórios, sobre os resultados do período administrativo examinado, em relação à situação econômico-financeira e demais situações, denomina-se auditoria

- (A) operacional.
- (B) de acompanhamento da gestão.
- (C) contábil.
- (D) de avaliação da gestão.
- (E) especial.

25

Segundo as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP 100), o princípio que preconiza que os auditores devem ser imparciais em seus relatórios, bem como manter-se independentes, é conhecido como princípio

- (A) do comportamento de auditoria.
- (B) da habilidade das equipes.
- (C) do ceticismo profissional.
- (D) do julgamento e devido zelo.
- (E) da ética e independência.

26

Os objetivos e as características do objeto de auditoria, assim como a delimitação do escopo do trabalho, são fatores que determinam o tipo de avaliação que será realizada nas atividades de uma auditoria interna.

O tipo de avaliação que visa à obtenção e à avaliação de evidências, verificando se certas atividades financeiras ou operacionais seguem as regras e regulamentos aplicáveis ao caso, denomina-se

- (A) operacional.
- (B) compliance.
- (C) desempenho.
- (D) financeira.
- (E) demonstração contábil.

27

Na fase de planejamento de auditoria, o auditor poderá definir o método para a coleta e análise de dados com o propósito de obter as evidências necessárias para que os procedimentos sejam suficientes e apropriados nas respostas quanto aos objetivos da auditoria.

Acerca desse assunto, quando o auditor escolhe o método de coleta de dados quantitativos, o tipo de evidência relacionada é a

- (A) programática.
- (B) testemunhal.
- (C) documental.
- (D) analítica.
- (E) física.

28

Segundo as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP 3910), os critérios em auditoria dizem respeito aos padrões de desempenho específicos, onde são avaliados e mensurados para as auditorias realizadas, baseando-se na economicidade, na eficiência e na efetividade.

Um dos critérios utilizados pelo auditor é o de auditoria confiável, que tem como atributo

- (A) resultar em conclusões razoavelmente consistentes quando usados por outro auditor nas mesmas circunstâncias.
- (B) ser claramente enunciado, além de contribuir para conclusões claras e ser inteligível para os usuários previstos.
- (C) contribuir para conclusões que auxiliam a tomada de decisões pelos usuários previstos e respondem às questões de auditoria.
- (D) ser suficiente para o propósito da auditoria e não omitir fatores relevantes.
- (E) ser livre de qualquer viés por parte do auditor ou da entidade auditada.

Direito Constitucional

29

Maria, empregada de uma sociedade empresária da área de cosméticos, recebia, além do salário previsto em carteira, receitas decorrentes das vendas para cuja realização contribuía, as quais, apesar de eventuais variações de valor, eram contínuas, o que contribuía para a preservação do seu padrão financeiro. No entanto, ao analisar o seu contracheque, observou que a contribuição previdenciária somente incidia sobre o seu salário regular, não sobre as demais receitas que auferia.

Após analisar a Constituição da República, Maria concluiu corretamente que a contribuição previdenciária

- (A) somente deve incidir sobre os salários recebidos mensalmente.
- (B) deve incidir sobre toda a remuneração fixa, não sobre as parcelas variáveis.
- (C) deve incidir sobre as receitas habituais que recebe, que não o salário, nos casos e na forma da lei.
- (D) deve incidir sobre o salário e os ganhos habituais, mas isto não terá repercussão nos benefícios, que somente levarão em consideração o salário.
- (E) somente incide sobre os ganhos indicados na ordem constitucional, não havendo possibilidade de serem regulamentados no plano infraconstitucional.

30

XX, integrante de determinado Tribunal brasileiro, ao votar em uma ação de controle concentrado de constitucionalidade, observou que a polissemia da linguagem não autoriza que o intérprete, ao analisar o caso *sub judice*, assumas as funções de Poder Constituinte e obtenha significados estranhos àqueles cogitados à época da Assembleia Constituinte.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que XX

- (A) é prosélito da mutação constitucional.
- (B) se aproximou das premissas do formalismo.
- (C) adotou o realismo jurídico como diretriz argumentativa.
- (D) prestigiou a metódica concretista em sua argumentação.
- (E) encampou o pensamento problemático como premissa interpretativa.

31

Após a adoção de uma série de medidas de caráter populista, que aumentaram sobremaneira a popularidade do governante do País Alfa, foi aprovada emenda constitucional com o objetivo de assegurar a sua continuidade do poder. Esta medida foi obtida a partir da introdução da eleição indireta e da previsão de que os integrantes do respectivo colegiado emanariam de estruturas cujos membros eram de livre nomeação pelo governante. Além disso, o pluralismo político foi restringido, de modo que o sistema passou a contar com apenas dois partidos políticos, e ainda foram esvaziados os mecanismos de controle a cargo dos Poderes Legislativo e Judiciário.

A partir da referida emenda constitucional, a Constituição do País Alfa pode ser classificada como

- (A) eclética.
- (B) nominal.
- (C) semântica.
- (D) balanceada.
- (E) compromissória.

32

Após ampla mobilização dos servidores públicos do Estado Beta, um grupo de Deputados Estaduais apresentou proposta de emenda à respectiva Constituição estatuindo um teto remuneratório único, não se aplicando esse teto aos parlamentares e aos integrantes de certas carreiras, na forma alegadamente prevista na Constituição da República.

Considerando a sistemática estabelecida pela ordem constitucional, é correto afirmar que o referido teto remuneratório

- (A) deve ser o subsídio do Governador do Estado.
- (B) afronta a isonomia, por excluir certos agentes do seu alcance.
- (C) não pode ser fixado com base na remuneração de certos agentes públicos.
- (D) fica limitado ao subsídio do desembargador.
- (E) é estabelecido pela própria Constituição da República, de modo que a emenda estadual não iria inovar.

33

Após longo período de tramitação, foram aprovadas modificações à Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU), modificações estas que reorganizaram alguns conteúdos, bem como suprimiram e acrescentaram outros afetos às suas competências.

Com isso, passou a ser previsto que:

- I. Podem ser suspensas as licitações que afrontem a legalidade, caso as irregularidades não sejam sanadas.
- II. Devem ser fiscalizadas pelo TCU as despesas realizadas, pelos Estados e pelos Municípios, com base nas transferências obrigatórias de recursos financeiros promovidas pela União.
- III. Deve ser apreciada, para fins de registro, a legalidade das nomeações para cargos em comissão.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República, é correto afirmar, em relação às três previsões legislativas, que

- (A) todas são constitucionais.
- (B) apenas a previsão I é constitucional.
- (C) apenas a previsão II é constitucional.
- (D) apenas as previsões I e III são constitucionais.
- (E) apenas as previsões II e III são constitucionais.

34

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, o órgão competente se reuniu, no dia designado, para apreciar a conduta de determinado magistrado que alegadamente teria praticado uma infração disciplinar. O presidente do colegiado, em razão da natureza disciplinar da matéria que seria apreciada, determinou a retirada do público, de modo que somente o magistrado e o seu advogado permanecessem no local. Por fim, pela diferença de um voto, a maioria dos integrantes do colegiado, estando todos presentes à sessão, decidiu aplicar uma sanção disciplinar ao magistrado, o que ocorreu em decisão devidamente motivada.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a narrativa

- (A) não apresenta nenhuma incorreção.
- (B) somente apresenta incorreção em relação à motivação.
- (C) somente apresenta incorreção em relação ao quórum de deliberação.
- (D) somente apresenta incorreção em relação à retirada do público do local.
- (E) somente apresenta incorreção em relação à aplicação de sanção pelo Tribunal ao qual o magistrado está vinculado.

35

Após amplos debates no âmbito do Congresso Nacional, foi editada a Lei nº X, que instituiu um mecanismo de extrafiscalidade direcionado à preservação do equilíbrio da balança comercial. De acordo com esse mecanismo, para fins de incidência das contribuições de intervenção no domínio econômico, as pessoas naturais que realizem operações de importação ou de exportação estão sujeitas às mesmas obrigações tributárias, acessórias e principais, que recaem sobre as pessoas jurídicas.

Ao tomar conhecimento do teor da Lei nº X, um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional desse diploma normativo, sendo-lhe corretamente esclarecido que ele é

- (A) inconstitucional, considerando que as pessoas naturais não podem ser sujeitos passivos dessas contribuições.
- (B) constitucional, pois os mecanismos de extrafiscalidade acompanham o exercício da competência tributária.
- (C) inconstitucional, pois as pessoas naturais somente podem ser equiparadas às pessoas jurídicas quando destinatárias das operações de importação.
- (D) constitucional, pois a tributação é direcionada pelo respectivo fato gerador, de modo que a regra é o tratamento igualitário entre os sujeitos passivos.
- (E) inconstitucional, pois somente as pessoas jurídicas podem ser sujeitos passivos dessas contribuições, quando incidentes sobre receitas decorrentes de importação ou exportação.

36

O Prefeito do Município Alfa encaminhou projeto de lei orçamentária anual à Câmara Municipal. Após o regular desenvolvimento do processo legislativo, recebeu a proposição, devidamente aprovada, para fins de sanção ou veto. Após detida análise, decidiu vetar parcialmente o projeto, mais especificamente na parte em que dispunha sobre um programa de trabalho que versava sobre política pública considerada não prioritária em seu governo.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) não poderia ter sido objeto de veto um programa de trabalho afeto aos direitos sociais.
- (B) os recursos que ficaram sem despesa correspondente devem ser incorporados por outro programa de trabalho similar.
- (C) a ausência de despesa correspondente permite que o Poder Executivo direcione o uso dos respectivos recursos por decreto.
- (D) a utilização dos recursos que ficaram sem despesa correspondente exige prévia e específica autorização legislativa.
- (E) embora seja assegurado o uso, pelo Executivo, dos recursos que ficaram sem despesa correspondente, é assegurada a suspensão do ato, pela Câmara, via decreto legislativo.

Direito Administrativo

37

Ao estudar a responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, Edilene verificou que há uma situação em que prevalece que não se configura o dever de indenizar pelo ente federativo, ou seja, que prevalece a tese de irresponsabilidade.

Nesse contexto, é correto afirmar que se enquadra na mencionada hipótese

- (A) a caracterização de erro judiciário.
- (B) as condutas comissivas de agentes públicos que, nessa qualidade, violem princípios da administração.
- (C) a edição de normas gerais e abstratas, que não se revelem inconstitucionais.
- (D) a conduta omissiva dos agentes públicos na realização de suas atribuições.
- (E) a realização de qualquer conduta lícita, independentemente de prejuízos anormais e individualizáveis.

38

De acordo com a Lei nº 11.107/2005, o consórcio público para a realização de objetivos de interesse comum entre os entes federativos adquirirá personalidade jurídica, sendo certo que a aludida norma estabelece que a pessoa jurídica de direito público que pode dele resultar será plurifederativa, ou seja, integrará a Administração Indireta de cada um dos entes consorciados.

Nesse contexto, é correto afirmar que tal pessoa jurídica de direito público plurifederativa é designada de

- (A) associação pública.
- (B) agência reguladora.
- (C) empresa pública.
- (D) agência consorciada.
- (E) sociedade de economia mista.

39

Após ser aprovado em concurso público para o cargo de auditor de controle interno do Município de Vitória, Alexandre, preocupado com a remuneração a ser por ele percebida, decidiu explorar as normas constitucionais acerca do tema.

Diante dessa situação hipotética, Alexandre concluiu corretamente que

- (A) é vedada a utilização do subsídio como espécie remuneratória dos servidores de carreira.
- (B) é possível a vinculação ou equiparação de vencimentos dos servidores do Executivo e os do Judiciário.
- (C) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (D) a remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo deverá ser fixada ou alterada por Decreto do Governador.
- (E) o valor nominal do vencimento-base dos servidores pode ser reduzido, mediante a edição de lei específica.

40

Marcela e Mariana estavam estudando juntas para o concurso público para o cargo de auditor de controle interno do Município de Vitória. Quando alcançaram o tema atinente à improbidade administrativa, no respectivo conteúdo programático, começaram a debater sobre a necessidade de caracterização do elemento subjetivo para a configuração da responsabilização na respectiva esfera.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, elas concluíram corretamente que

- (A) é desnecessária a demonstração do elemento subjetivo, seja dolo ou culpa, para quaisquer dos atos de improbidade, pois a responsabilização é objetiva.
- (B) apenas os atos de improbidade que causam lesão ao erário exigem a modalidade dolosa, pois os demais podem resultar de conduta culposa.
- (C) somente atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito admitem a modalidade culposa, pois nos demais casos exige-se o dolo.
- (D) todos os atos de improbidade podem resultar de conduta dolosa ou culposa do agente público.
- (E) nenhum ato de improbidade administrativa pode resultar de conduta culposa do agente público.

41

Os atos administrativos negociais ou consensuais podem ser extintos a pedido do próprio particular interessado, mesmo nas hipóteses em que já tenha usufruído parcialmente de seus efeitos. Essa hipótese é denominada

- (A) renúncia.
- (B) anulação.
- (C) recusa.
- (D) convalidação.
- (E) revogação.

42

Do disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) extrai-se o dever de publicação, notadamente na internet, de documentos e informações detidos pela Administração que não estão sujeitos a sigilo, o qual é designado pela doutrina e jurisprudência de transparência

- (A) ativa.
- (B) passiva.
- (C) reativa.
- (D) interativa.
- (E) consensual.

43

No exercício de suas atribuições relacionadas ao controle administrativo, Dionísio, servidor estável do Município de Vitória, teve que esclarecer questões atinentes aos efeitos do tempo em relação ao poder-dever da Administração de anular seus atos eivados de vícios insanáveis, no âmbito da autotutela, vindo a pontuar corretamente que

- (A) não há prazo para que a Administração exerça o direito de anular os atos administrativos eivados de defeitos insanáveis dos quais decorram efeitos favoráveis a terceiros, notadamente quanto aos vícios de objeto e finalidade.
- (B) a Administração tem o prazo prescricional de 3 (três) anos para exercer a pretensão de anular os atos administrativos eivados de defeitos insanáveis dos quais decorram efeitos favoráveis para terceiros, inclusive em relação aos vícios de competência e finalidade.
- (C) na anulação de atos eivados de defeitos insanáveis dos quais decorram efeitos favoráveis a terceiros, tal como ocorre com os vícios de motivo e finalidade, em que verificada a existência de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.
- (D) a Administração tem o prazo total de 5 (cinco) anos para concluir a anulação dos atos administrativos eivados de defeitos insanáveis, especialmente os relacionados à finalidade, independentemente da existência de manifestação no sentido de impugnar o ato viciado em momento anterior.
- (E) nas situações em que comprovada a má-fé do beneficiário do ato, a Administração tem o prazo de 5 (cinco) anos para exercer o direito de anular os atos administrativos eivados de vícios insanáveis, notadamente quando incidem sobre o motivo e o objeto.

44

Caso o Município Delta pretenda realizar um termo de colaboração com uma organização da sociedade civil para selecionar o projeto mais vantajoso para a Administração, entre várias entidades interessadas e capacitadas, deverá realizar

- (A) uma licitação na modalidade diálogo competitivo.
- (B) um concurso público de provas e títulos.
- (C) um procedimento de chamamento público.
- (D) um procedimento para formalizar a inexigibilidade de licitação.
- (E) um credenciamento, hipótese em que a licitação é dispensável.

Conhecimentos Específicos

Direito Civil

45

João e Maria celebraram um contrato de compra e venda de um imóvel no valor de R\$ 500.000,00. De acordo com o contrato, João deveria pagar o valor total à vista no ato da assinatura do contrato, enquanto Maria se comprometia a transferir a propriedade do imóvel livre de quaisquer ônus ou gravames. Três dias antes do agendado para a assinatura do contrato, João entra em contato com Maria e informa que, infelizmente, só conseguirá pagar metade do valor ajustado na data originalmente agendada para celebração do contrato. Diante disso, propõe alteração contratual, de sorte a constar o pagamento de 50% do valor no ato da assinatura e o restante em 30 dias ou, alternativamente, que seja alterada a data da celebração do pacto. Maria opta, expressamente, pela primeira opção, incluindo a nova cláusula sobre a forma de pagamento, mantendo a data originalmente acordada para a assinatura, pagamento parcial e transferência do bem livre de quaisquer ônus ou gravames.

No dia da assinatura, João pagou a metade do valor acordado, nos termos da alteração contratual aceita por Maria. Maria, por sua vez, informou a João que o imóvel ainda estava hipotecado e que precisaria de alguns dias para providenciar a quitação da hipoteca e a transferência da propriedade do bem. João aceitou, desde que tais providências fossem realizadas no prazo de 30 dias. Passados 30 dias, João procura Maria para pagar o valor remanescente, mas para tanto, exige que Maria cumpra a sua parte no acordo, ao que Maria responde que ainda não havia conseguido liberar o imóvel da hipoteca, necessitando de mais 30 dias para tanto, com o que João não concorda. Ambas as partes alegam que a outra descumpriu o contrato e exigem a resolução do negócio por inadimplemento.

Diante dessa situação hipotética, analise as seguintes alternativas e indique a correta.

- (A) João e Maria estão ambos inadimplentes, pois não cumpriram integralmente as obrigações assumidas no contrato. Nesse caso, o contrato deve ser resolvido, retornando ambas as partes a situação anterior da avença.
- (B) A recusa de João em pagar o valor remanescente configura inadimplemento e, diante de tal situação, Maria pode optar por exigir o cumprimento da obrigação ou resolver o contrato, retendo parte do valor já pago a título de perdas e danos.
- (C) Como Maria está inadimplente, pois não conseguiu entregar o imóvel livre de ônus, João pode optar por exigir o cumprimento da obrigação de Maria ou resolver o contrato, com a devolução do valor pago, acrescido de perdas e danos.
- (D) Como Maria aceitou alterar a forma do pagamento, João tem o dever de conceder o prazo adicional de 30 dias para Maria quitar a hipoteca e cumprir a sua obrigação, pois a recusa de João configura violação positiva do contrato.
- (E) Diante do inadimplemento de ambas as partes, o contrato deve ser resolvido, com a devolução do valor pago, sem a possibilidade de qualquer das partes exigir o cumprimento da outra ou indenização por perdas e danos.

46

Em 2014, Priscila e Eduardo celebraram escritura pública em cartório de notas de união estável, sob o regime da comunhão parcial de bens. Seis anos depois, eles adquiriram um imóvel em construção por meio de contrato de promessa de compra e venda com pagamento em noventa prestações. No último mês, em razão de crise conjugal, procuraram uma renomada advogada de Direito de Família com o propósito de dissolução amigável de união estável por via judicial, em virtude do filho de três anos de idade. Na consulta à advogada, eles relatam que também pretendem rever o contrato de aquisição do bem, pois os valores estão exorbitantes, e alteração do regime de casamento.

Diante da situação hipotética, com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O Direito Brasileiro consagra o direito adquirido a regime jurídico, sendo inadmissível a alteração do regime de bens durante a vigência da união estável.
- (B) A jurisprudência brasileira impede a revisão contratual por se tratar de um ato jurídico perfeito, fruto do princípio da segurança jurídica.
- (C) A legislação brasileira considera ser o ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- (D) Os acordos homologados judicialmente não são considerados como ato jurídico perfeito, pois não advêm da autonomia privada.
- (E) A escritura pública lavrada em cartório não constitui ato jurídico perfeito, devido à possibilidade de revogação.

47

Pedro, um dos sócios da associação "Amigos do Parque", recentemente assumiu uma função de administrador da associação e, para surpresa dos membros da diretoria, após poucos meses, começaram a surgir conflitos por causa de comportamentos adotados por Pedro que foram considerados prejudiciais ao bom funcionamento da associação. Os membros da diretoria identificaram que Pedro, sem a devida autorização, começou a utilizar fundos da associação para fins pessoais e, ao ser questionado por Túlio, presidente da associação, durante um almoço, respondeu que eram simples empréstimos e que o valor integral seria devolvido. Além disso, ele estava desrespeitando as decisões coletivas tomadas em assembleias, realizando intervenções no parque sem o consentimento dos outros sócios.

Diante de tais fatos, considerados graves pela diretoria, foi convocada uma assembleia geral, cuja pauta única era a deliberação sobre as condutas de Pedro, contando com a participação da totalidade dos membros da diretoria e com 80% dos associados, superando o exigido no estatuto. Na assembleia geral foi discutida e aprovada a destituição de Pedro do cargo de administrador, bem como a sua exclusão sumária da associação. No mesmo dia, Pedro foi comunicado da decisão da assembleia e procura advogado especializado a fim de ser instruído sobre os seus direitos.

Ante a situação hipotética narrada, analise as assertivas a seguir:

- I. Ambas as decisões são legítimas, pois de competência da assembleia, e o procedimento é adequado em razão da justa causa e do quórum qualificado.
- II. A decisão de destituição de Pedro, na qualidade de administrador, é legítima, pois decidida em assembleia geral, especialmente convocada para esse fim e com quórum adequado, mas a exclusão sumária da associação não observou o procedimento adequado.
- III. A confissão de Pedro, de que estaria realizando empréstimos pessoais não autorizados, supre a necessidade de procedimento que assegure o contraditório para a sua exclusão dos quadros da associação.
- IV. Os atos praticados por Pedro configuram justa causa para sua destituição do cargo de administrador e para sua exclusão dos quadros da associação, podendo ser tal decisão, diante da confissão, realizada diretamente pelo presidente da associação, desde que por escrito e com a explicitação das razões.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

48

Artur reside com ânimo definitivo em Vitória/ES e trabalha, como dentista, no município vizinho, Vila Velha, onde tem um consultório. Uma vez por semana, todavia, vai a Guarapari, onde leciona em uma faculdade particular. Um dos pacientes de Artur, atendido no consultório de Vila Velha, insatisfeito com os serviços por ele prestados, consulta um advogado e, dentre os questionamentos feitos, perguntou em qual foro poderia ajuizar a referida ação, tendo em vista que tem notícia de que Artur reside e atua em cidades diversas.

Diante do questionamento, o advogado respondeu que a demanda deverá ser ajuizada

- (A) em Vitória, somente, por ser o domicílio geral e voluntário de Artur.
- (B) em Vila Velha, somente, pois é o local onde o serviço foi prestado.
- (C) em Vitória e Vila Velha, somente, por serem os domicílios voluntário e profissional de Artur, respectivamente.
- (D) em Vitória, Vila Velha ou Guarapari, pois são os domicílios geral, profissional e necessário de Artur, respectivamente.
- (E) em Vila Velha e Guarapari, somente, por serem os domicílios profissionais de Artur, além de Guarapari ser o domicílio necessário.

49

Marcelo, adolescente de 14 anos de idade, desde o falecimento de seus pais, vive sob a tutela de sua tia materna, Isabel, que possui vasto patrimônio imobiliário. No início do ano passado, ele causou um acidente enquanto dirigia ilegalmente uma motocicleta sem o conhecimento da sua tutora. No incidente, Ruth, com 35 anos de idade, sofreu diversas fraturas, inclusive, em sua face, que geraram intervenções cirúrgicas, deixando cicatrizes visíveis, além de um significativo trauma psicológico.

Analise a situação hipotética e com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutora responde pelo dano causado pelo tutelado, ainda que não exista culpa de sua parte.
- (B) O Superior Tribunal de Justiça veda a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.
- (C) Devido a morte dos pais, Marcelo responde pelos prejuízos que causou a Ruth, desde que não o prive do necessário à sua subsistência.
- (D) Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano sofrido por Ruth, poderá o juiz majorar a indenização.
- (E) O pagamento das despesas do tratamento de Ruth, incluindo o dano estético, exclui eventual recebimento de dano material por lucros cessantes.

50

Afonso e Beatrice foram noivos por três anos. Alguns anos após o término, motivado pelo comportamento de Afonso, muito festivo e, segundo a opinião de Beatrice, irresponsável, se tornaram, por coincidência, vizinhos em um condomínio residencial no bairro de Jardim Camburi em Vitória. Em razão da relação de vizinhança, Beatrice pode observar que Afonso não havia mudado em nada, tendo o hábito de promover longas e tumultuadas festas em sua residência que, para desagrado de Beatrice, localizava-se exatamente no piso acima do seu apartamento. Um dia, durante uma festa na casa de Afonso, ocorreu um incêndio acidental que, ao que tudo indicava, se propagaria para o apartamento de Beatrice. Diante do fato, Afonso arrombou as portas do apartamento de Beatrice, a fim de retirá-la às pressas do local e evitar maiores danos. Em razão do incêndio, Beatrice não sofreu danos. Mas, em razão do arrombamento, diz ter sofrido abalos emocionais e que teve que desocupar o local por três dias, hospedando-se em um hotel.

Fato seguinte, Beatrice ajuíza ação indenizatória em face de Afonso, pleiteando a reparação por todos os danos sofridos, causados, conforme alegado na inicial, por negligência de Afonso.

Diante da situação hipotética narrada e da legislação vigente, é correto afirmar que

- (A) Afonso, ainda que tenha agido em estado de necessidade, responde, independentemente de culpa, pelos danos suportados por Beatrice, pois foi ele quem causou o perigo.
- (B) Afonso não responde pela destruição dos bens ou por dano moral, pois agiu em estado de necessidade.
- (C) Afonso não deve indenizar Beatrice, pois não foi culpado pela situação de perigo, vez que o incêndio foi acidental, caracterizando-se o caso fortuito.
- (D) Afonso ao arrombar a porta do apartamento de Beatrice, praticou ato lícito em razão do estado de necessidade, mas não será exonerado do dever de indenizar, pois foi o causador do perigo.
- (E) Afonso só teria o dever de indenizar se os danos sofridos por Beatrice fossem decorrentes do incêndio, pois a responsabilidade seria objetiva. Mas, não responde pelo arrombamento da porta em razão do estado de necessidade.

51

No último mês foi anunciado que iniciariam as vendas de ingressos para um grande e disputado festival de rock na cidade. Júlio, um adolescente de 17 anos, ficou muito animado, especialmente porque a sua banda preferida havia confirmado a presença. Assim, pediu aos seus pais o valor para a compra do ingresso, o que foi negado ao argumento de que não dispunham de recursos financeiros para tanto. Frustrado, mas sem desistir, Júlio procura Renato, 25 anos, conhecido no bairro por comprar objetos usados para revenda. Sem comentar sua idade e apresentando a nota fiscal da bicicleta, Júlio negocia com Ricardo a venda do bem pelo valor de R\$1.500,00. O valor é imediatamente transferido para a conta de Júlio, que se comprometeu a entregar o bem no dia seguinte. Contudo, ao sair de casa com a bicicleta, é questionado pelo seu pai, momento em que informa o negócio celebrado, sendo imediatamente repreendido pelo pai, que o proíbe de entregar a bicicleta e determina que devolva o dinheiro a Ricardo. Porém, Júlio diz não possuir mais o dinheiro, pois já havia comprado o ingresso para o show.

Diante da situação hipotética narrada e da legislação vigente, analise as assertivas a seguir:

- I. O negócio celebrado entre Júlio e Ricardo é anulável no prazo de 4 anos, contados a partir da maioridade civil de Júlio, mas passível de confirmação.
- II. Independentemente da idade de Júlio, o contrato é válido, pois socialmente adequado, além de ter resultado em vantagens significativas para Júlio que, inclusive, recebeu os valores antes da entrega do bem.
- III. Júlio não pode alegar a sua incapacidade para se eximir de entregar a bicicleta, pois tinha o dever de informar a sua idade e omitiu quando da negociação, razão pela qual o contrato não pode ser invalidado.
- IV. Com a invalidação da compra e venda, Renato não poderá reclamar o que pagou a Júlio em razão da sua falta de diligência ao negociar e porque os valores pagos foram utilizados para um fim que os pais de Júlio não concordam.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) IV, apenas.

52

Lucas e Ana celebraram contrato particular de compra e venda de veículo usado, sendo ajustado o pagamento à vista e a transferência do bem no órgão competente, bem como a tradição para o dia 15 de julho de 2024. As obrigações foram cumpridas por ambas as partes. No entanto, cerca de 10 dias após a compra e a tradição, o veículo apresentou diversos problemas mecânicos que não haviam sido informados por Ana durante as negociações e celebração do contrato que, ao contrário, afirmou que o veículo estava em perfeito estado e que ela havia sido a única proprietária do veículo.

Ao levar o carro a um mecânico, foi constatado que o veículo estava com o motor comprometido e precisaria de um reparo de custo muito elevado. Diante disso, Lucas procurou Ana para informar sobre os problemas do carro e informar sua intenção de enjeitar a coisa, requerendo a restituição dos valores pagos. Ana nega qualquer responsabilidade, alegando que o veículo estava em perfeito estado no momento da venda e não tinha conhecimento dos problemas mecânicos.

Diante do impasse, Lucas procura assessoria jurídica especializada a fim de conhecer os seus direitos, sendo informado que

- (A) ante à constatação dos graves defeitos no veículo, não informados por Ana durante as negociações, Lucas tem o direito de pleitear a rescisão do contrato de compra e venda do veículo com Ana, independentemente do conhecimento da vendedora sobre tais vícios.
- (B) o desconhecimento de Ana sobre a existência dos defeitos do veículo, a isenta de qualquer responsabilidade, recaindo sobre o Lucas todo e qualquer ônus, seja por sua falta de diligência, seja em razão da regra *res perit domino*.
- (C) Ana será responsabilizada pelos vícios do veículo, se comprovado que ela tinha conhecimento dos problemas e mesmo assim omitiu essa informação no momento da negociação.
- (D) inexistindo cláusula especial de garantia no contrato celebrado entre as partes, Lucas não tem o direito de exigir abatimento no preço ou rescisão do contrato.
- (E) independentemente da comprovação de que Ana conhecia dos defeitos do veículo e os omitiu, será obrigada a restituir os valores recebidos, além de indenizar Lucas por perdas e danos e por todas as despesas do contrato.

Direito Processual Civil

53

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato.
- II. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- III. É possível a revogação de um ato administrativo por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- IV. O controle de mérito do ato administrativo pode ser realizado pelo Poder Judiciário, desde que autorizado pela autoridade máxima do órgão que editou o referido ato.

É correto o que está dito em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

54

João, Regina e Maria debatiam acerca dos pronunciamentos judiciais. João afirmou que as decisões interlocutórias são todos os pronunciamentos judiciais decisórios que não são sentenças. Regina, por sua vez, disse que as sentenças são todos os pronunciamentos por meio dos quais o juiz põe fim à fase de conhecimento, bem como extingue a execução. Por fim, Maria aduziu que os atos meramente ordinatórios independem de despacho do juiz.

Tomando o debate acima, é correto afirmar que

- (A) todos estão certos em suas colocações.
- (B) Regina está certa em sua colocação, ao passo que João e Maria estão errados em suas colocações.
- (C) João está certo em sua colocação, enquanto Maria e Regina estão erradas em suas colocações.
- (D) todos estão errados em suas colocações.
- (E) João e Maria estão certos em suas colocações, enquanto Regina está errada em sua colocação.

55

Ana ajuizou, perante a Justiça Federal, ação em face do INSS, requerendo a condenação da autarquia federal a lhe conceder pensão por morte em razão do falecimento de seu companheiro Toni.

O juiz federal julgou procedente o pedido, reconhecendo como questão prejudicial a união estável entre Ana e Toni, e condenando o INSS a implementar o benefício previdenciário pretendido. A decisão transitou em julgado.

Tomando o caso acima como premissa, é correto afirmar que

- (A) o relatório da sentença, assim como os motivos, forma coisa julgada material, a impedir a rediscussão da matéria em outro processo futuro.
- (B) com o trânsito em julgado, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor ao acolhimento, mas não quanto à rejeição do pedido.
- (C) o vínculo de companheirismo entre Ana e Toni não está coberto pela coisa julgada material, pois o juízo é incompetente para conhecer tal questão como principal.
- (D) o trânsito em julgado ocasionou a formação da coisa julgada formal, a impedir a rediscussão da decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- (E) é possível a formação de coisa julgada material quanto à questão prejudicial referente ao vínculo de companheirismo, desde que tenha havido pedido expresso nesse sentido.

56

Os princípios processuais constituem o alicerce de um sistema processual democrático e constitucional. A seu respeito, tomando em conta as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O contraditório foi consagrado em nosso Código de Processo Civil impondo o dever de alerta, mas não o de oitiva prévia.
- (B) A moderna concepção do devido processo legal consiste na exigência de obediência ao procedimento legalmente previsto, em nada se relacionando à razoabilidade da norma.
- (C) O direito fundamental ao contraditório, em sua vertente integral, é o direito de a parte ser ouvida previamente à tomada de decisão do órgão julgador.
- (D) O princípio do devido processo legal sob o aspecto material se confunde com o princípio da ampla defesa, sendo tratados como sinônimos por parcela da doutrina especializada.
- (E) O direito à ampla defesa engloba o direito à defesa técnica, patrocinada por advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou defensor público.

Direito Financeiro

57

Conforme o § 2º, do art. 1º da Lei Complementar nº 159/2017, o Regime de Recuperação Fiscal envolve a ação planejada, coordenada e transparente de todos os Poderes, órgãos, entidades e fundos dos Estados e do Distrito Federal para corrigir os desvios que afetaram o equilíbrio das contas públicas, por meio da implementação das medidas emergenciais e das reformas institucionais determinadas no Plano de Recuperação elaborado previamente pelo ente federativo que desejar aderir a esse Regime.

Sobre o Regime de Recuperação Fiscal previsto na LC nº 159/2017, é correto afirmar que

- (A) durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, fica autorizado o aditamento de contratos de financiamento firmados com organismos internacionais multilaterais, desde que não haja aumento dos valores originais nem dos encargos dos contratos.
- (B) é vedado ao Estado durante o Regime de Recuperação Fiscal financiar auditoria de processamento da folha de pagamento de ativos e inativos.
- (C) enquanto vigorar o Regime de Recuperação Fiscal, pode ser criado, majorado, reajustado ou adequado auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios remuneratórios de qualquer natureza, inclusive indenizatória, em favor de membros dos Poderes, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, de servidores e empregados públicos e de militares.
- (D) durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, a União não poderá conceder redução extraordinária das prestações relativas aos contratos de dívidas administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia contratados em data anterior ao protocolo do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.
- (E) o Regime de Recuperação Fiscal será encerrado somente a pedido do Estado, e dependerá de autorização em Decreto Estadual, que deverá ser encaminhado pelo Governador do Estado ao Ministério da Economia.

58

No Brasil colonial não havia nenhum dispositivo formal sobre a necessidade da elaboração de um orçamento público pelos governos. Somente a partir da independência, que as nossas constituições passaram a contemplar normas orçamentárias. Nesse sentido, é correto afirmar que orçamento público

- (A) é originário do pacto federativo brasileiro, e consiste na distribuição constitucional da partilha de recursos patrimoniais e das competências financeiras e tributárias para legislar, fiscalizar e cobrar recursos, conferindo a cada ente condições de realizar suas atribuições públicas.
- (B) é o conjunto de recursos financeiros, especialmente formado e individualizado, destinado a desenvolver um programa, ação ou uma atividade pública específica.
- (C) é o conjunto de gastos realizados pelo Estado no seu funcionamento, ou seja, é a aplicação de recursos financeiros em bens e serviços destinados a fazer as necessidades coletivas.
- (D) é o instrumento de planejamento, gestão e controle financeiro do Estado, que permite estabelecer a previsão das suas receitas e a fixação das suas despesas para um determinado período de tempo, de maneira transparente, equilibrada e eficiente.
- (E) é de competência federal e tem seu fato gerador incidente das operações de crédito, câmbio e seguro e sobre as operações relativas a títulos e valores.

59

A dívida pública representa o somatório das obrigações do Estado perante todos os seus credores referentes aos empréstimos públicos contraídos no mercado interno e externo. Quanto à classificação da dívida pública, o art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal adota as seguintes definições:

- I. dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;
- II. dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;
- III. operação de crédito: é aquela contraída a curto prazo, para atender às momentâneas necessidades de caixa, surgindo no momento em que as receitas referentes à respectiva despesa ainda não tenham sido percebidas.
- IV. refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

60

O interesse público envolvido nas atividades financeiras do Estado enseja a preocupação de todos na garantia da melhor aplicação dos seus recursos. Para tanto, o Direito Financeiro brasileiro possui um sistema regulamentando a fiscalização e o controle do cumprimento do orçamento.

Sobre o controle do orçamento público, é correto afirmar que

- (A) o acompanhamento refere-se à certificação feita pelos órgãos competentes (Tribunal de Contas, Controladorias, etc.) de que na execução do orçamento estejam atendidos os princípios e as regras pertinentes.
- (B) o princípio da independência funcional recomenda que a atividade de fiscalização e controle não se torne mais onerosa que seu próprio objeto de aferição.
- (C) o controle subsequente do orçamento público se verifica a partir da análise dos relatórios e documentos que são expedidos e divulgados periodicamente pela Administração Pública sobre a realização das despesas, programas e ações constantes no orçamento público.
- (D) o princípio da aderência das normas refere-se à garantia de que o processo de fiscalização e controle seja instaurado e conduzido segundo os parâmetros objetivos previstos em lei, com obediência às formas e procedimentos oficiais.
- (E) o controle orçamentário é realizado por todos aqueles interessados no seu objeto, a partir dos relatórios periódicos que a administração Pública está obrigada a divulgar.

Redação

BRASÍLIA. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (19), um projeto de lei que permite a liberação de jogos de azar no país, envolvendo atividades como cassinos em resorts, bingo e jogo do bicho. O placar foi apertado: 14 votos contra 12. A pauta segue para o plenário e, em caso de aprovação, vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, volta à discussão no Congresso o tema da legalização dos jogos, que envolve interesses políticos e econômicos, além de aspectos morais e religiosos.

A partir desse projeto de lei, redija um texto dissertativo-argumentativo, com número mínimo de 20 (vinte) e no máximo de 30 (trinta) linhas, no qual você deve expor suas ideias de forma clara, coerente e em conformidade com a norma culta, dando especial destaque aos argumentos apresentados sustentando seu ponto de vista sobre o tema:

A liberação dos jogos de azar no país

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

Realização

